

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CUMPRIMENTO DO LIMITE DE PESSOAL ESTABELECIDO PELA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL PARA O PODER EXECUTIVO DA UNIÃO**

ANDERSON DE LACERDA CUNHA

**Brasília
2005**

ANDERSON DE LACERDA CUNHA

**CUMPRIMENTO DO LIMITE DE PESSOAL ESTABELECIDO PELA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL PARA O PODER EXECUTIVO DA UNIÃO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília, Faculdade de
Ciências Sociais Aplicadas - FASA, como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Francisco Glauber Lima Mota

**Brasília
2005**

ANDERSON DE LACERDA CUNHA

**CUMPRIMENTO DO LIMITE DE PESSOAL ESTABELECIDO PELA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL PARA O PODER EXECUTIVO DA UNIÃO**

Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FASA.

Professor Ardêmio João Brixner
Coordenador do curso

Professores que compuseram a banca:

Prof. Francisco Glauber Lima Mota
Orientador

Membro: Professor Antônio Eustáquio Correa da Costa

Membro: Professor Carlos Antônio Chagas

Brasília, junho de 2005.

Dedico este trabalho aos meus pais e à
minha esposa pelo grande incentivo e
apoio nestes anos.

Meus sinceros agradecimentos ao professor orientador Francisco Glauber Lima Mota e a todos os professores que de alguma forma contribuíram para meu crescimento, pois sem essa ajuda não teria conseguido chegar até aqui.

“(...) para se chegar, aonde quer que seja, aprendi que não é preciso dominar a força, mas a razão. É preciso, antes de tudo, querer”.

Amir Klink

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar o montante das despesas com pessoal do Poder Executivo da União referente aos anos de 2001 a 2004. Este estudo tem por base a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Por meio de material já publicado como livros, periódicos e material publicado na *Internet*, foram apresentados os conceitos de União, Lei complementar, receita corrente líquida, outras despesas com pessoal entre outros. Para a análise prática deste estudo foram analisados os dados consolidados dos órgãos que compõem o Poder Executivo da União, focando a relação existente entre a receita corrente líquida, as despesas com pessoal e o percentual de comprometimento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram feitas ainda, comparações entre os exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004, sinalizando tendências de queda das despesas com pessoal e das outras despesas com pessoal e tendência de aumento da receita corrente líquida. Concluiu-se que durante o período pesquisado, o Poder Executivo da União cumpriu o limite de gasto com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesas com pessoal. Receita Corrente Líquida.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual das outras despesas com pessoal em relação a RCL	21
Gráfico 2	Demonstrativo do limite estabelecido pela LRF em relação ao percentual efetivamente realizado pelo Poder Executivo da União.....	22
Gráfico 3	Demonstrativo das variações da RCL e do total das despesas com pessoal do Poder Executivo da União.....	23
Gráfico 4	Demonstrativo das variações da RCL e do total das despesas com pessoal do Poder Executivo da União, com valores corrigidos	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relatório de gestão fiscal do Poder Executivo da União 2001.....	30
Tabela 2	Relatório de gestão fiscal do Poder Executivo da União 2002.....	30
Tabela 3	Relatório de gestão fiscal do Poder Executivo da União 2003.....	31
Tabela 4	Relatório de gestão fiscal do Poder Executivo da União 2004.....	31

LISTAS DE SIGLAS

CF – Constituição da República Federativa do Brasil

FGTS – Fundo de garantia por tempo de serviço

IPCA – Índice de preços ao consumidor ampliado

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

RCL – Receita Corrente Líquida

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Tema.....	12
1.2 Delimitação do tema	12
1.3 Problema	12
1.4 Objetivo geral.....	12
1.5 Objetivos específicos	13
1.6 Justificativa	14
1.7 Metodologia	14
1.8 Organização do trabalho.....	14
 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	 16
 3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA.....	 20
3.1 Análise dos dados	21
 4 CONCLUSÃO.....	 25
REFERÊNCIA	27
APÊNDICE	29

1 INTRODUÇÃO

O governo brasileiro busca constantemente aperfeiçoar maneiras para se obter o equilíbrio fiscal e eficiência da gestão pública, nas esferas municipal, estadual e federal. Os artigos 163 e 169 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) promulgada em 05 de outubro de 1988 são exemplos desta busca.

Em 04 de maio de 2000, foi sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a Lei Complementar nº 101, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para regulamentar os artigos 163 e 169 da CF, estabelecendo normas voltadas para a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal das finanças públicas.

A LRF revoga qualquer outra legislação que verse sobre os limites das despesas com pessoal dos órgãos públicos e é certamente, um grande e importante marco na administração pública no Brasil, já que permite um melhor acompanhamento da gestão pública.

A falta de controle e transparência permite aos maus administradores usufruírem indevidamente da posição que ocupam, possibilitando com isto, a facilitação para utilização inadequada dos recursos públicos. Portanto é necessária e de suma importância, a transparência em todos os atos da gestão para que a opinião pública possa ser o agente fiscalizador permanente das gestões públicas, visando garantir o predomínio dos administradores públicos sérios e honestos.

Conforme Nascimento e Debus (2002 p. 14), esta transparência nas gestões públicas está alinhada com as políticas contemporâneas mundiais sobre controle orçamentário, como nos Estados Unidos da América, na Nova Zelândia e na União

Européia.

O presente trabalho aborda a questão quanto ao cumprimento, pelo Poder Executivo da União, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal.

1.1 Tema

Limite para o total das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida contemplado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.2 Delimitação do tema

A pesquisa deste trabalho foi realizada com os dados consolidados das despesas com pessoal (ativos, inativos e terceirizados) e da Receita Corrente Líquida, referente ao período de 2001, 2002, 2003 e 2004 dos órgãos públicos que compõem o Poder Executivo da União.

1.3 Problema

A questão central de pesquisa desta monografia é: o Poder Executivo da União tem cumprido o limite de gastos com despesas com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

1.4 Objetivo geral

A Lei de Responsabilidade Fiscal:

Pressupõe uma ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição de restos a pagar. (Art. 1º § 1º da LC 101/2000).

Foi necessária a edição de uma lei para que a administração pública viesse a ter uma gestão equilibrada. Os administradores públicos precisam tomar consciência de seu papel e que ele é fundamental para a real aplicação dos artigos da LRF.

Este estudo pretende abordar a LRF sob o enfoque da gestão dos recursos públicos do Poder Executivo da União, facilitando assim, a análise feita pela população referente ao equilíbrio fiscal das contas públicas.

O presente trabalho tem como objetivo verificar o cumprimento do limite das despesas com pessoal estabelecido pela LRF para o Poder Executivo da União e seu comportamento após a criação da Lei.

1.5 Objetivos específicos

Para direcionar o objetivo geral, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- a) verificar o total das despesas com pessoal do Poder Executivo da União dos exercício de 2001, 2002, 2003 e 2004;
- b) verificar o total da RCL dos exercício de 2001, 2002, 2003 e 2004;
- c) calcular a percentagem de comprometimento da RCL em relação ao total das despesas com pessoal do Poder Executivo da União;
- d) comparar os dados dos itens “a”, “b” e “c” entre os exercícios de 2001 a

2004;

1.6 Justificativa

Com o fim da inflação explosiva, a realidade fiscal brasileira ficou mais visível. Diante deste cenário, surgiu uma grande necessidade de reformular os métodos de controle orçamentário. A LRF tem dado uma enorme contribuição neste controle.

A LRF é um assunto recente, bastante difundido, porém pouco assimilado culturalmente pela população. Não tem ainda uma base solidificada e existem alguns pontos conflitantes, que são discutidos entre críticos, teóricos e formadores de opinião.

Este estudo é oportuno, pois permite uma visão de como o Poder Executivo da União tem gerido seus recursos no que diz respeito à despesa de pessoal.

1.7 Metodologia

Quanto aos procedimentos técnicos, segundo GIL (1999) a pesquisa é bibliográfica, pois foi elaborada a partir de material já publicado e de material disponibilizado na Internet.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi utilizada a descritiva, pois tem a finalidade de analisar e relatar o comportamento de uma população.

1.8 Organização do trabalho

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo

destinado à introdução, seguido pelo capítulo do desenvolvimento. No terceiro capítulo, encontra-se a descrição das atividades e análise dos dados e por último o capítulo da conclusão.

No capítulo 1 foi relatado um breve histórico da Lei de Responsabilidade Fiscal, situando o problema do trabalho, a metodologia para a obtenção da resposta, a justificativa da escolha do tema e os objetivos do trabalho.

A fundamentação teórica está no capítulo 2 e a descrição das atividades práticas e a análise empírica estão capítulo 3.

No capítulo 4 está a resposta para os objetivos e, por fim, a conclusão do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF), em seu art. 169, estabelece que as despesas com pessoal não poderão exceder os limites estabelecidos em Lei complementar.

Segundo Neto (1999), Lei Complementar é a norma que complementa o texto constitucional, desde que expressamente prevista na própria constituição, sendo que para sua aprovação, é necessária maioria absoluta dos membros das duas casas do Congresso Nacional e ainda está sujeita à sanção ou veto Presidencial.

A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal no âmbito da União, dos Estados membros, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo o Poder Executivo, as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Os artigos da LRF que contemplam as definições e limites para as despesas com pessoal são os de número 18 a 23.

Conforme Pereira (2001) são consideradas despesas de pessoal:

- a) Vencimentos e salários dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas, neles embutidos adicionais, gratificações, horas extras e acréscimos de qualquer espécie e todo e qualquer tipo de provento que tenha caráter remuneratório, excluído com isso os proventos de caráter indenizatório;
- b) Os encargos sociais que a Administração seja levada a atender na

qualidade de empregadora (recolhimentos aos regimes de previdência, recolhimentos ao fundo de garantia por tempo de serviço, etc.);

- c) Os subsídios dos agentes políticos (vencimentos pagos a chefes de poder, ministros, parlamentares, magistrados e membros do Ministério Público, aos quais são equiparados, para fins remuneratórios, procuradores do Estado e delegados de polícia);
- d) Os valores pagos a empresas privadas, contratadas para o fornecimento de mão-de-obra substitutiva de servidores e empregados públicos.

O art. 18 da LRF em seu parágrafo segundo estabelece que, para a apuração do total da despesa com pessoal, os órgãos públicos deverão somar a despesa realizada no mês de referência com as dos 11 (onze) meses anteriores, adotando-se o regime de competência; como define Vendrame (1998) regime de competência é o reconhecimento das despesas na apuração do resultado do período a que pertence, independentemente do seu pagamento.

O art. 19 da LRF estabelece que, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da federação, não poderá exceder aos percentuais da receita corrente líquida a seguir discriminados:

I – União: 50%

II – Estados: 60%

III – Municípios: 60%.

Segundo Neto (1999), União é a pessoa jurídica de direito público que representa o Estado Federal Brasileiro em oposição às unidades que integram a Federação, chamados Estados. A União tem suas competências, seus bens, e responde pela integridade nacional, intervindo nos Estados ou no Distrito Federal para mantê-la. É autônoma e soberana.

Do percentual definido como limite para a União, 40,9% destina-se ao Poder Executivo, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-território de Roraima, do ex-território do Amapá e do Distrito Federal, de acordo com o que está contemplado no inciso I do art. 20.

A Lei de Responsabilidade Fiscal define o conceito de receita corrente líquida como o

“somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no parágrafo 9º do art 201 da Constituição.” (inciso IV do Art. 2º da LC 101/2000)

Um dos pontos mais polêmicos da LRF é o que define como outras despesas de pessoal os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2001, em seu art. 64, desconsidera para efeito do cálculo referente a outras despesas com pessoal, os contratos de terceirizações relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- a) sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- b) não sejam inerentes a categorias abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal

em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

Quanto ao objetivo, foi utilizada a pesquisa descritiva para a obtenção dos dados estatísticos, que no entendimento de Gil (1999) tem como foco principal descrever características de determinada população.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa utilizada foi a do tipo bibliográfica, por utilizar material já elaborado como livros, periódicos, jornais e tabelas estatísticas.

A população desta pesquisa é a totalidade dos órgãos que compõe o Poder Executivo da União. A pesquisa dos dados referentes aos valores das despesas com pessoal foi feita por meio da internet. Foi acessada a maioria dos *sítes* dos ministérios e o *site* da Presidência da República.

No *site* do Tesouro Nacional, no setor de estatísticas, foram encontrados os dados consolidados das despesas com pessoal referentes ao Poder Executivo da União, no padrão definido pelo art. 55 da LRF, relativos aos exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004.

Os dados foram publicados no final de cada quadrimestre, como definido pelo art. 22 da LRF, considerando o mês de referência e os onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme art 18 § 2º.

Os dados foram transcritos para uma planilha eletrônica para uma melhor visualização e análise, bem como para a elaboração dos gráficos demonstrados neste trabalho.

Para a apuração dos valores médios foram somados os valores e divididos pela sua quantidade, ou seja, média aritmética.

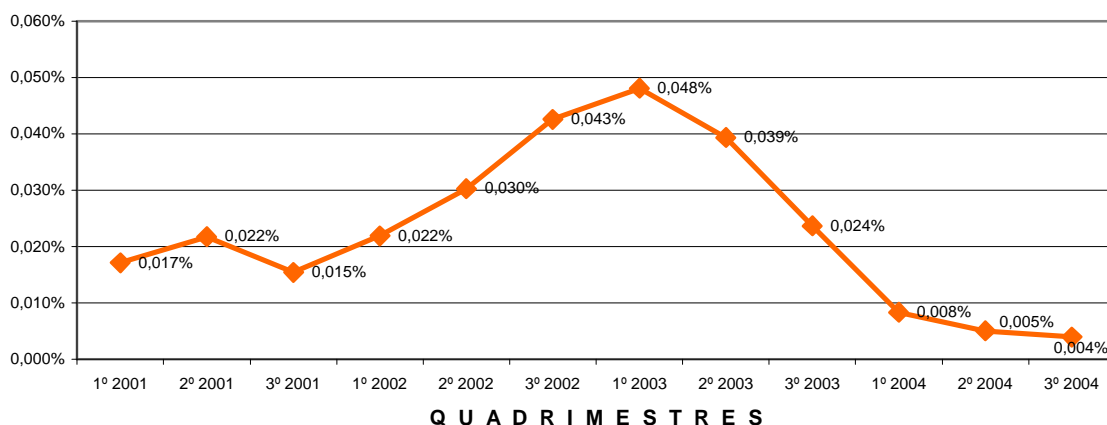
O índice utilizado para correção dos efeitos da inflação sobre os valores

apurados no período de 2001 a 2004, foi o índice de preços ao consumidor amplo (IPC-A). O motivo da escolha deste índice deve-se ao fato de ser este o indexador mais utilizado pelo governo.

3.1 Análise dos dados

O percentual dos valores dos contratos de mão-de-obra classificados como outras despesas com pessoal em relação ao total da RCL no período de 2001 a 2004 representa no máximo 0,048%, com tendência a praticamente desaparecer das despesas com pessoal do Poder Executivo da União, como demonstrado no gráfico 1:

Gráfico 1: PERCENTUAL DAS OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO A RCL

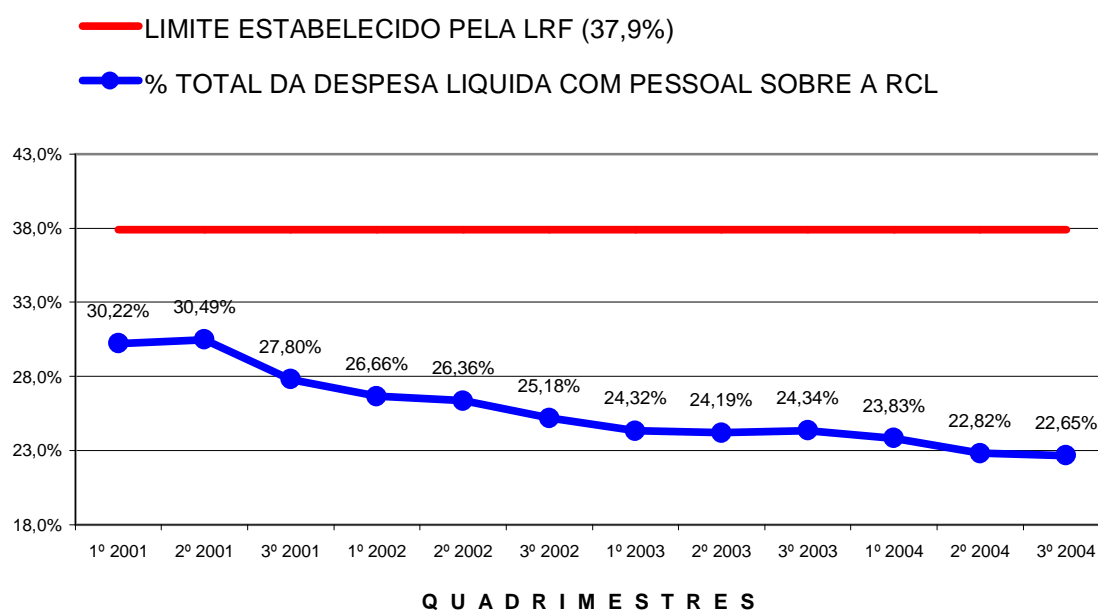


Fonte: gráfico elaborado pelo aluno Anderson de Lacerda Cunha, com base nos dados publicados no *site* do Tesouro Nacional.

Analisando os dados referentes ao total das despesas com pessoal em relação à RCL, observa-se que o Poder Executivo da União esteve, do primeiro quadrimestre de 2001 ao terceiro quadrimestre de 2004, abaixo do limite de 37,9% sobre o total da RCL estabelecido pelo art. 19 da LRF. Os totais das despesas de pessoal deste período representam em média 25,74% do total da receita corrente

líquida. No segundo quadrimestre de 2001 o total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite teve sua maior representatividade sobre a RCL, chegando a 30,49%. Por outro lado, no terceiro quadrimestre de 2004, esta porcentagem chegou a 22,65%, sendo esta a menor desde 2001. O gráfico 2 demonstra estas variações:

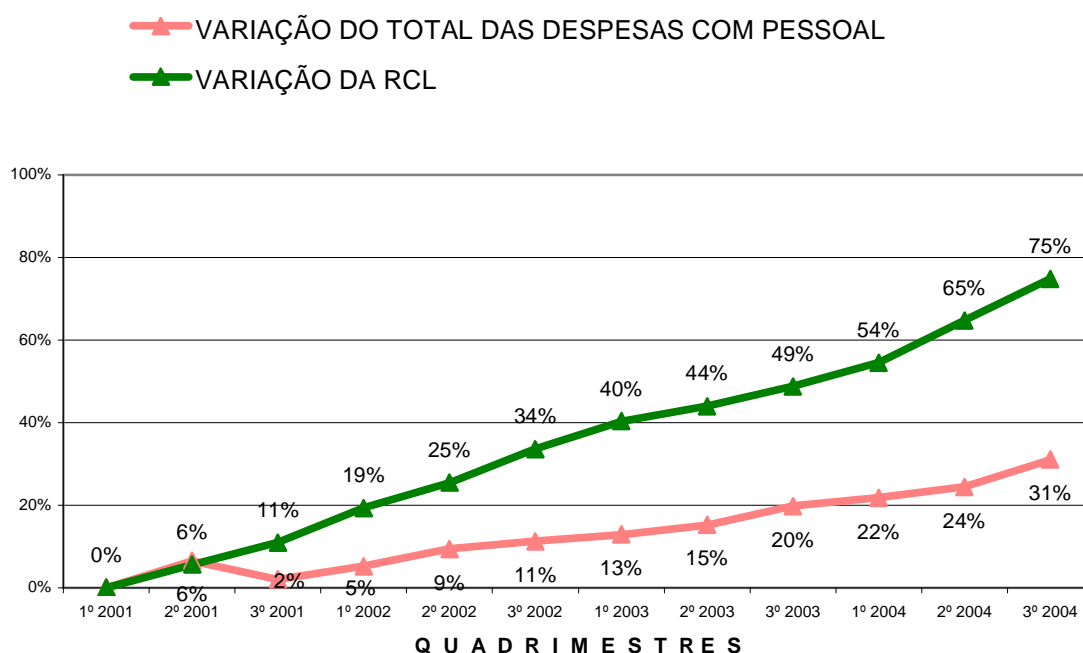
Gráfico 2: DEMONSTRATIVO DO LIMITE ESTABELECIDO PELA LRF EM RELAÇÃO AO PERCENTUAL EFETIVAMENTE REALIZADO PELO PODER EXECUTIVO DA UNIÃO



Fonte: gráfico elaborado pelo aluno Anderson de Lacerda Cunha, com base nos dados publicados no site do Tesouro Nacional.

Desconsiderando a inflação do período, verifica-se que o motivo desta queda deve-se principalmente ao grande aumento da RCL e não à diminuição das despesas com pessoal. A RCL aumentou seu valor em 75% desde 2001, sendo que a variação do total das despesas com pessoal representa um aumento de 31%. O gráfico 3 ilustra esta variação:

Gráfico 3: DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES DA RCL E DO TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DA UNIÃO.



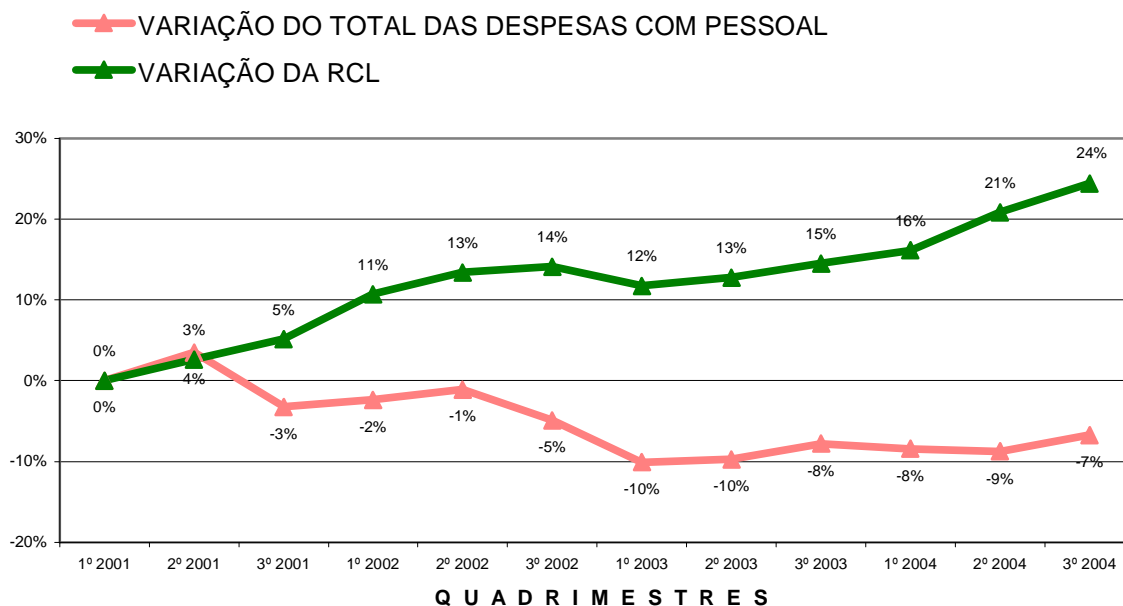
Fonte: gráfico elaborado pelo aluno Anderson de Lacerda Cunha, com base nos dados publicados no site do Tesouro Nacional.

Se for considerada a inflação do período, observa-se que, os motivos da queda do percentual que representa o total de despesas com pessoal em relação à RCL são dois: o aumento da RCL e a diminuição do valor total das despesas.

A RCL apurada no terceiro quadrimestre de 2004 representa um acréscimo de 24% em relação ao primeiro quadrimestre de 2001.

Comparando-se o montante de despesas com pessoal do terceiro quadrimestre de 2004 com o montante apurado no primeiro quadrimestre de 2001 verificou-se uma redução de 7%. No primeiro e segundo quadrimestres de 2003 este percentual representa uma redução de 10%, como demonstrado no gráfico 4:

Gráfico 4: DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES DA RCL E DO TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DA UNIÃO, COM VALORES CORRIGIDOS.



Fonte: gráfico elaborado pelo aluno Anderson de Lacerda Cunha, com base nos dados publicados no *site* do Tesouro Nacional.

Os gráficos 1, 2, 3 e 4 demonstram a convergência para diminuição do percentual das despesas com pessoal em relação à RCL do Poder Executivo da União. Com isto, este percentual estará cada vez mais abaixo do limite estabelecido pela LRF.

No apêndice estão os valores absolutos do total da receita corrente líquida, os valores relativos às despesas com pessoal e o percentual definido pela LRF. Estes valores subsidiaram a elaboração dos gráficos deste trabalho.

4 CONCLUSÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal representa a maior evolução no que diz respeito ao controle das finanças públicas dos últimos trinta anos. Pelo seu caráter inovador, houve uma grande preocupação com respeito à eficácia da LRF.

A LRF é o reflexo da modernização das “ferramentas” de controle sobre a gestão pública.

Passados exatos cinco anos, a realidade tem demonstrado a preocupação e o interesse não somente dos gestores públicos, mas da população em geral à gestão fiscal dos recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não se restringe ao cumprimento de limites, já que também estabelece a sustentação de uma gestão responsável e transparente. Para isso a LRF traz diversos princípios e parâmetros, destacando-se, o planejamento, a transparência, os limites de endividamento e a prudência.

As imprudências dos gestores públicos através de gastos descontrolados geravam um grande endividamento das contas públicas, e com isto, os seus sucessores tinham seus trabalhos totalmente prejudicados. Este ciclo comprometia a estabilidade macroeconômica e as perspectivas de crescimento do País.

Como recomendação, sugere-se aos próximos acadêmicos que se interessarem pelo assunto, uma análise da participação popular no processo de execução e fiscalização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O objetivo geral foi totalmente alcançado, pois o presente trabalho constatou o cumprimento do limite de pessoal estabelecido pela LRF e o comportamento após a criação da Lei.

Os objetivos específicos também foram alcançados pelo fato de ter sido

verificado o total das despesas com pessoal, o total da RCL e ainda a percentagem de comprometimento da RCL em relação ao total das despesas com pessoal do Poder Executivo relativos aos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.

Em relação à pergunta, verificou-se que o Poder Executivo da União, sempre cumpriu o limite estabelecido pela LRF, sendo este o foco do trabalho. O comportamento da razão entre a RCL e o total das despesas com pessoal foi bastante prudente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Afonso Gomes. *Lei de Responsabilidade Fiscal questões práticas*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião Edilson R.; AFFONSO, Antônio Geraldo. *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada e anotada*. 4. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade teoria prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: 05 maio 2000. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 18 de março de 2005.

BRASIL. Relatório de gestão fiscal, demonstrativo da despesa com pessoal do Poder Executivo da União. Disponível em <<http://www.tesouronacional.gov.br>>. Acesso em: 11 de abril de 2005.

BRUNO Neto, Francisco. *1ª Cartilha acadêmica de direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Direito, 1999.

CHENTI, Ricardo Cunha. *Apontamento de direito constitucional*. 3 ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2003.

CRUZ, Fabio da. *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, Carlos Maurício et al. *Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Responsabilidade Fiscal: estudos e orientações*. 1. ed. São Paulo: NDJ, 2001.

NASCIMENTO, Carlos Valder do et al. *Lei de Responsabilidade Fiscal teoria e prática*. 1. ed. Brasília: NDJ, 2002.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. *Lei complementar nº 101/2000: entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal*. 2. ed. Brasília: CEMAD/ESAF, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Responsabilidade fiscal*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TOLEDO JUNIOR, Flavio D. de; Rossi, Sergio Ciqueira. *Lei de Responsabilidade Fiscal*. 1. ed. São Paulo: NDJ, 2001.

VENDRAME, Antônio Carlos F. *Contabilidade Geral uma nova maneira de aprender*. 1. ed. São Paulo: LTR, 1998.

APÊNDICE A – Relatórios de gestão fiscal

Tabela 1

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - UNIÃO - PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESA COM PESSOAL	2 0 0 1		
	R\$ milhares		
	1º2001	2º 2001	3º 2001
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	45.674.448	48.627.777	46.613.184
PESSOAL ATIVO	23.615.449	24.722.709	25.339.551
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	23.018.169	24.367.564	25.453.517
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ARTº 19 § 1º DA LRF)	959.170	462.496	4.179.884
INDENIZAÇÕES POR DEMISSÃO E INCENTIVOS À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	39.758	62.716	51.333
DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL	320.216	351.237	383.164
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	979.801	1.155.168	1.529.094
INATIVOS COM RECURSOS VINCULADOS	-380.605	-1.106.625	2.216.293
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (ART. 18) (II)	25.960	34.727	25.945
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE (III) = (I+II)	45.700.408	48.662.504	46.639.129
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	151.201.694	159.625.129	167.739.102
% TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL	30,22%	30,49%	27,80%
% OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL / RCL	0,017%	0,022%	0,015%
LIMITE ESTABELECIDO PELA LRF (37,9%)	37,9%	37,9%	37,9%

TABELA 2

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - UNIÃO - PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESA COM PESSOAL	2 0 0 2		
	R\$ milhares		
	1º 2002	2º 2002	3º 2002
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	48.029.132	49.934.370	50.759.472
PESSOAL ATIVO	26.979.674	28.278.808	31.003.379
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	26.086.823	26.804.947	27.262.164
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ARTº 19 § 1º DA LRF)	5.037.365	5.149.385	7.506.071
INDENIZAÇÕES POR DEMISSÃO E INCENTIVOS À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	118.594	100.723	101.338
DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL	379.432	504.355	2.550.055
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.933.688	2.235.999	2.455.145
INATIVOS COM RECURSOS VINCULADOS	2.605.651	2.308.308	2.399.533
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (ART. 18) (II)	39.484	57.328	85.996
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE (III) = (I+II)	48.068.616	49.991.698	50.845.468
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	180.331.892	189.627.941	201.927.320
% TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL	26,66%	26,36%	25,18%
% OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL / RCL	0,022%	0,030%	0,043%
LIMITE ESTABELECIDO PELA LRF (37,9%)	37,9%	37,9%	37,9%

TABELA 3

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - UNIÃO - PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

DESPESA COM PESSOAL	2 0 0 3		
	R\$ milhares		
	1º 2003	2º 2003	3º 2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	51.494.473	52.571.824	54.695.577
PESSOAL ATIVO	31.251.319	31.910.702	31.077.571
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	27.395.108	27.950.601	28.973.845
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ARTº 19 § 1º DA LRF)	7.151.954	7.289.479	5.355.839
INDENIZAÇÕES POR DEMISSÃO E INCENTIVOS À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	23.405	8.814	10.627
DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL	3.005.049	3.297.878	2.183.793
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.160.790	2.278.585	1.923.635
INATIVOS COM RECURSOS VINCULADOS	1.962.710	1.704.202	1.237.784
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (ART. 18) (II)	102.018	85.632	53.249
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE (III) = (I-II)	51.596.491	52.657.456	54.748.826
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	212.188.435	217.665.628	224.920.164
% TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL	24,32%	24,19%	24,34%
% OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL / RCL	0,048%	0,039%	0,024%
LIMITE ESTABELECIDO PELA LRF (37,9%)	37,9%	37,9%	37,9%

TABELA 4

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - UNIÃO - PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

DESPESA COM PESSOAL	2 0 0 4		
	R\$ milhares		
	1º 2004	2º 2004	3º 2004
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	55.628.230	56.847.468	59.876.371
PESSOAL ATIVO	31.107.399	31.778.794	32.886.135
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	29.724.470	30.373.985	34.361.922
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ARTº 19 § 1º DA LRF)	5.203.639	5.305.311	7.371.686
INDENIZAÇÕES POR DEMISSÃO E INCENTIVOS À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	9.417	8.758	8.431
DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL	2.046.819	2.001.706	1.822.956
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.821.912	1.927.058	1.710.727
INATIVOS COM RECURSOS VINCULADOS	1.325.491	1.367.789	3.829.572
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (ART. 18) (II)	19.434	12.612	10.545
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE (III) = (I-II)	55.647.664	56.860.080	59.886.916
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	233.549.548	249.117.238	264.352.998
% TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL	23,83%	22,82%	22,65%
% OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL / RCL	0,008%	0,005%	0,004%
LIMITE ESTABELECIDO PELA LRF (37,9%)	37,9%	37,9%	37,9%

Fonte: tabela elaborada pelo aluno Anderson de Lacerda cunha com base nos dados publicados no site Tesouro Nacional